

## UFSC 100% ACESSÍVEL: MAPEAMENTOS PARA A CIDADANIA

### *100% Accessible UFSC: Mapping for Citizenship*

**Vivian da Silva Celestino Reginato**

**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Departamento de Engenharia Civil (ECV) – Centro Tecnológico (CTC)

[vivian.celestino@ufsc.br](mailto:vivian.celestino@ufsc.br)

**João Victor Hernandes Vianna Lemos Nappi**

**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Graduando em Engenharia Civil, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de Engenharia Civil

[joao.victor.viannas@gmail.com](mailto:joao.victor.viannas@gmail.com)

**Bruno Eduardo Bestetti**

**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Graduando em Engenharia Civil, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de Engenharia Civil

[bbestetti12@gmail.com](mailto:bbestetti12@gmail.com)

**André Felipe Bózio**

**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Mestrando em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial (PPGTG)

[andrefbozio@gmail.com](mailto:andrefbozio@gmail.com)

**Ana Paula Albrecht de Sousa**

**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Graduanda do curso de Psicologia, bolsista PROBOLSAS

[anaalbrecht08@hotmail.com](mailto:anaalbrecht08@hotmail.com)

### **Resumo:**

Atualmente a acessibilidade deve fazer parte das universidades em todas as esferas, pois o Ministério da Educação, a partir de 2015, através da Lei nº 13.146 “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, passou a exigir que os cursos superiores se adequem aos requisitos relativos à acessibilidade. Com esta nova demanda a UFSC, através da Coordenadoria de Acessibilidade (CAE), tem promovido políticas de inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) nos cursos superiores. Mas apesar de todo esforço da CAE, devido à escassez de recursos por quais as universidades públicas vêm passando, os resultados advindos dessas ações não são suficientes para garantir a permanência de PcD na UFSC, principalmente, quando relacionadas aos aspectos arquitetônicos e informacionais. O projeto ao qual este trabalho faz parte tem por objetivo realizar mapeamentos utilizando o Cadastro Multifinalitário como ferramenta para identificar demandas de acessibilidade, bem como indicar, através de tomada de decisão, intervenções arquitetônicas de forma a garantir o acesso e permanência de PcD nos *campi* da UFSC e torná-la 100% acessível. Para isto foi proposto o seguinte método: levantamentos topográficos e cadastrais em edifícios da UFSC, externa e internamente; pesquisas sobre o público PcD da UFSC; mapeamento e cadastro de trajetos realizados por PcD através questionários e levantamentos *in loco*; identificação de demandas e elaboração de projetos de intervenções arquitetônicas. Inicialmente, as metas e as etapas estabelecidas estão sendo aplicadas para identificar demandas no *campus* Professor David Ferreira Lima da UFSC, a fim de validar a metodologia e analisar a capacidade de contribuição do projeto dentro da abordagem centrada no usuário PcD.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Mapeamento; UFSC; Multidisciplinaridade; Pessoas com Deficiência (PcD).

### **Abstract**

Currently, accessibility must be part of universities in all spheres, since the Ministry of Education, from 2015, through Law nº 13,146 “Statute of the Person with Disabilities”, started to demand that higher education courses be adapted to the requirements related to the accessibility. With this new demand, UFSC through the Accessibility Coordination (CAE), has been promoting policies for the inclusion of People with Disabilities in higher education courses. But despite all the efforts of CAE, due to the scarcity of resources that public universities have been experiencing, the results from these actions are not sufficient to guarantee the permanence of this people at UFSC, especially when related to architectural and informational aspects. The project to which this work is part aims to carry out mappings to identify accessibility demands, as well as to indicate, through decision-making, architectural interventions in order to guarantee the access and permanence of this people on UFSC's campuses and make it 100 % accessible. For this, the following method was proposed: topographic and cadastral surveys in UFSC buildings, externally and internally; research on UFSC's People with Disabilities public; mapping of paths taken by PwD through questionnaires and on-site surveys; identification of demands and elaboration of architectural intervention projects. Initially, the goals and established steps are being applied to identify demands on the Professor David Ferreira Lima campus of UFSC, in order to validate the methodology and analyze the project's contribution capacity within the user-centered approach.

**Keywords:** Accessibility; Mapping; UFSC; Multidisciplinarity; People with Disabilities.

## 1. INTRODUÇÃO

A luta pela acessibilidade perfaz um longo caminho histórico no Brasil, haja vista que há pouco tempo não era comum observarmos a entrada, bem como a permanência de Pessoas com Deficiência (PcD) em espaços escolares, tanto no ensino básico quanto no superior. O que se verifica atualmente se mantém e tem crescido por força das legislações. Existe uma infinidade de leis, decretos, portarias e normativos para definir e garantir acesso aos espaços escolares por PcD.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

Em 2015 ao entrar em vigor a lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência a educação passa a ser vista como um todo, podendo ser acessível em todos os níveis de existência da pessoa com deficiência. Esta Lei em seu artigo 27 destaca o direito à educação às pessoas com deficiência (BRASIL, 2015). A partir disto o MEC passou a exigir que os cursos superiores atendam a Lei, ou seja, as universidades precisam estar acessíveis seguindo a legislação em vigor para poderem oferecer seus cursos. Em síntese, a acessibilidade deve fazer parte das universidades em todas as esferas, seja nos ambientes físicos, na comunicação, nos materiais ou na didática dos professores. Porém, a acessibilidade requer planejamento e ações de inclusão, pois cada deficiência – física, visual, auditiva, intelectual, etc., exige ações de acessibilidade diferentes.

De acordo com Camargo (2017) a inclusão é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem. Na área de educação é necessário trabalhar com os conceitos de identidade, diferença e diversidade para construir metodologias, materiais e processos de comunicação de forma a atender ao que é comum e ao que é específico entre os estudantes (MANTOAN, 2004).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2016 possuía mais de 30 mil estudantes e aproximadamente 177 PcD com diferentes deficiências. Muitos professores têm recebido alunos em sala de aula sem terem tempo hábil para realizar melhorias em sua didática de forma a permitir o aluno acesso ao conhecimento. A Coordenadoria de Acessibilidade

Educacional (CAE) é um setor vinculado à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) da UFSC e atua junto aos cursos de graduação e pós-graduação, atendendo ao princípio da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mediante a equiparação de oportunidades, visando à autonomia pessoal e acesso ao conhecimento. Assim, a CAE se organiza como um setor de referência para o planejamento e a execução de ações em acessibilidade e inclusão de PcD na universidade, considerando essa como elemento transversal às políticas públicas. Almeja a difusão dos princípios de inclusão em todos os centros de ensino, bem como a mediação da acessibilidade e da participação PcD nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Muito trabalho tem sido realizado com o apoio da CAE, mas para que a UFSC possa atender à Lei de acessibilidade aos quais os cursos de ensino superior estão vinculados, é necessário um esforço além, por meio da comunidade universitária. Neste sentido este projeto multidisciplinar tem por objetivo realizar um mapeamento para identificar demandas de acessibilidade e indicar, através de ferramentas de Cadastro Multifinalitário e tomada de decisão, intervenções arquitetônicas de forma a garantir o acesso e permanência de PcD nos *campi* da UFSC e torná-la 100% acessível.

## 2. JUSTIFICATIVA

São diferentes tipos de barreiras que precisam ser quebradas para que possamos incluir PcD, tanto nos ambientes físicos quanto nos virtuais. De acordo com a CAE (2019), os princípios gerais das ações de acessibilidade e inclusão de PcD no ambiente universitário da UFSC são: ações descentralizadas, articuladas e participativas; respeito à singularidade; promoção da cultura inclusiva; indissociabilidade entre inclusão e desenvolvimento institucional; ações consistentemente embasadas e informadas.

Em relação ao aspecto físico ou arquitetônico as problemáticas são mais evidentes, porém mais difíceis de serem resolvidas, pois envolvem, além de projetos multidisciplinares, grandes investimentos, recursos financeiros e longos prazos para implantação de alternativas.

Através desta contextualização, é razoável concluir que existe na UFSC uma falta de acessibilidade arquitetônica em muitas edificações e também nos trajetos que ligam ou deveriam ligar os diferentes centros, departamentos e cursos, principalmente quando o acesso é percorrido por pessoas em cadeira de rodas ou deficientes visuais, por exemplo.

Para resolver este problema de acessibilidade, primeiramente se faz necessário conhecer as parcelas da universidade (prédios, acessos) que necessitam de intervenção para se adequarem ao quesito da acessibilidade. Neste sentido as técnicas de Cadastro Multifinalitário se mostram eficazes enquanto ferramentas para mapear de forma organizada os espaços da universidade e colaborar na tomada de decisão no repasse de recursos e também execução de projetos de intervenção.

Verifica-se que muitas das ações da universidade são provenientes de esforços isolados e não contínuos, onde são percebidas carências de projetos que coloquem a acessibilidade como um objetivo a ser alcançado a curto, médio e longo prazo. Para atender esta demanda este projeto integra diferentes laboratórios, centros, coordenadorias, grupos de trabalho, programas de educação tutoriais, docentes, discentes, funcionários, de forma multidisciplinar para identificar e atender as demandas de acessibilidade espacial nos diferentes *Campi* da UFSC e utiliza o cadastro como meio para integrar as diferentes ações relativas ao espaço que devem ser realizadas.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para abordar corretamente os conceitos neste trabalho e podermos cadastrar as demandas de acessibilidade, utilizaremos os conceitos de Dischinger *et al.* (2014) onde o termo “deficiência” designa o problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo (por exemplo, cegueira, surdez, paralisia) e o termo “restrição” é empregado para designar as dificuldades resultantes da relação entre as condições dos indivíduos e as características do meio ambiente na realização de atividades. De acordo com os autores é importante destacar que tanto a presença de deficiência quanto à de restrições espaciais pode dificultar, ou até mesmo impedir, a realização de uma ou mais atividades.

Desta forma ao elaborar o “Manual de Acessibilidade” do “Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público”, Dischinger *et al.* (2014), propõem uma classificação tanto das deficiências quanto das restrições espaciais para melhor compreender a questão da acessibilidade espacial, em quatro grupos:

- 1) **Deficiências físico-motoras:** alteram a capacidade de motricidade geral do indivíduo, acarretando dificuldades, ou impossibilidade, de realizar quaisquer movimentos. Afetam a realização de atividades que demandam força física (coordenação motora e precisão) ou ainda aquelas relativas à mobilidade do indivíduo no espaço.
- 2) **Deficiências sensoriais:** são aquelas em que há perdas significativas nas capacidades dos sistemas de percepção do indivíduo, gerando dificuldades em perceber diferentes tipos de informações ambientais. São divididas em:
  - **Deficiências no sistema visual:** são aquelas que provocam limitações na capacidade de enxergar, pode ser parcial (baixa visão) ou total (cegueira).
  - **Deficiências no sistema auditivo:** constituem a perda bilateral, total ou parcial da capacidade de perceber estímulos sonoros, ou surdez, quando o indivíduo não é capaz de ouvir a fala humana com ou sem a ajuda de aparelhos, prejudicando sua capacidade de adquirir, naturalmente, o código da linguagem oral.
  - **Deficiências no sistema de orientação/equilíbrio:** são aquelas que provocam alterações ou perda da capacidade de equilíbrio do indivíduo afetando a manutenção da postura ereta, a percepção do movimento próprio de aceleração e a identificação dos referenciais espaciais corpóreos e ambientais.
- 3) **Deficiências Cognitivas:** se referem às dificuldades para compreender e tratar as informações recebidas (atividades mentais), podendo afetar os processos de aprendizado e aplicação de conhecimento, a comunicação linguística e interpessoal. As deficiências cognitivas podem comprometer as habilidades de concentração, memória e raciocínio.
- 4) **Deficiências Múltiplas:** ocorrem quando o indivíduo apresenta a associação de mais de um tipo de deficiência.

De acordo com Dischinger *et al.* (2014) existe uma ligação direta entre deficiências, características ambientais e restrições espaciais. A presença de uma deficiência implica na existência de determinados níveis de limitação para a realização de atividades. No entanto o grau de dificuldade existente em cada situação pode ser minimizado por soluções de desenho universal ou pela presença de equipamentos de tecnologia assistiva que aumentam as capacidades dos indivíduos. Da mesma forma, as características ambientais podem agravar estas limitações. Assim, elementos físicos que representam apenas desconforto – tais como poucos degraus ou passeio em aclive revestido com pedras irregulares – para pessoas em plenas

condições físicas, podem constituir barreiras graves para pessoas idosas e/ou com mobilidade reduzida e/ou baixa visão, e ser mesmo intransponíveis para uma pessoa em cadeira de rodas.

Para poder então avaliar ambientes e/ou equipamentos, visando a sua adequação para todas as pessoas, é importante reconhecer as dificuldades existentes para a realização de atividades desejadas e identificar as barreiras físico-ambientais que podem causar diferentes restrições espaciais. Para facilitar esta avaliação, Dischinger *et al.* (2014) propuseram classificar as restrições espaciais em quatro categorias a partir da relação entre atributos do meio ambiente e condições dos indivíduos. Os autores ainda consideram que, muitas vezes, as barreiras ambientais podem acarretar restrições que afetam mais de um tipo de atividade. Por exemplo, a venda irregular de produtos no passeio de um terminal urbano dificulta o deslocamento de todos os pedestres assim como impossibilita a aproximação para a leitura dos horários dos ônibus para todos e, em especial, para aqueles que têm visão reduzida ou utilizam cadeira de rodas.

- 1) **Restrições espaciais para atividades físico-motoras:** referem-se ao impedimento ou às dificuldades para a realização de atividades que dependam de força física, coordenação motora, precisão ou mobilidade. Afetam principalmente as pessoas que já possuem uma deficiência físico-motora ou tem sua mobilidade reduzida, como os idosos. **Exemplos:** a presença de torneiras com sistema de pressão ou automático não exigem força e coordenação motora, facilitando seu uso para crianças, para pessoas idosas, ou com artrite; degraus muito altos representam desconforto para todos, dificultam o deslocamento de pessoas idosas, gestantes e crianças, além de impedirem a mobilidade de pessoas com muletas e cadeira de rodas; altura elevada de um balcão de atendimento pode causar desconforto para pessoas de baixa estatura e mesmo impossibilitar o uso por pessoas em cadeiras de rodas; calçada estreita e com más condições de pavimentação dificulta o deslocamento de todos os pedestres e pode impossibilitar a continuidade de uma rota para uma pessoa obesa ou em cadeira de rodas.
- 2) **Restrições espaciais para percepção sensorial:** referem-se às dificuldades para a percepção das informações do meio ambiente devido à presença de barreiras ou ausência de fontes informativas adequadas, as quais impedem ou dificultam a obtenção de estímulos por meio dos distintos sistemas sensoriais. Afetam principalmente as pessoas com deficiências visuais, auditivas e/ou idosos. **Exemplos:** a ausência de sinal sonoro, nas sinaleiras, em cruzamentos urbanos, dificulta a travessia para pessoas cegas; terminais de autoatendimento com letras reduzidas dificultam o uso de forma independente para pessoas idosas e/ou que não possuem visão normal.
- 3) **Restrições espaciais para atividades de comunicação:** referem-se às dificuldades para comunicar-se socialmente por meio da fala ou da utilização de códigos devido a características do meio ambiente (existência de ruído, dispositivos de controle, etc.) ou ausência de equipamentos de tecnologia assistiva. Essas restrições afetam a realização de atividades, principalmente, para pessoas com deficiência auditiva, ou pessoas com problemas na fala. Exemplos: o sorobã (ábaco japonês) permite que a pessoa com deficiência visual faça rapidamente cálculos; um interfone pode dificultar o acesso a serviços públicos para quem não escuta normalmente ou não fala.
- 4) **Restrições espaciais para atividades cognitivas:** referem-se às dificuldades encontradas no tratamento das informações existentes no meio ambiente (cartazes, sinais, letreiros), ou no desenvolvimento de relações interpessoais para realização de atividades que requerem

compreensão, aprendizado e tomada de decisão. Essas restrições afetam principalmente pessoas iletradas e/ou com deficiência cognitiva.

#### 4. MÉTODO

Neste capítulo é descrito o método proposto para atingir aos objetivos. Onde primeiramente foram realizadas pesquisas sobre o público PcD da UFSC, com dados advindos da CAE e do sistema Controle Acadêmico da Graduação (CAGR), carregado através da autodeclaração dos estudantes de graduação.

Foram realizados levantamentos topográficos e cadastrais de alguns edifícios da UFSC, externa e internamente de forma a levantar demandas de acessibilidade. Desta forma foi possível avaliar a acessibilidade espacial nos edifícios cadastrados de acordo com a NBR 9.050 e desenvolver um Boletim de Informações Cadastrais (BIC) adaptado para as demandas de acessibilidade.

Foi desenvolvido um questionário a ser repassado para o público geral interno e externo à UFSC, principalmente, PcD com expectativa de mapear os trajetos principais onde ocorram evidências de falta de acessibilidade. Pretende-se, através dos levantamentos realizados, bem como através dos questionários repassados, cadastrar os espaços e identificar demandas de intervenções arquitetônicas e elaborar projetos de intervenções.

#### 5. RESULTADOS PRELIMINARES

Como resultados preliminares estão sendo apresentados o trabalho possível de ser realizado durante o ano de 2020, levando em consideração a característica presencial do projeto e a inviabilidade de realizá-la da forma proposta devido a pandemia de COVID-19.

Inicialmente, as etapas estabelecidas estão sendo aplicadas para identificar demandas no prédio I da Reitoria da UFSC, no *campus* Professor David Ferreira Lima, situado entre os bairros Trindade, Córrego Grande, Pantanal e Carvoeira no município de Florianópolis, SC.

##### 5.1 Integração de membros PcD a equipe de projeto

Compõem a equipe um professor e cinco estudantes PcD, três deles de forma voluntária e duas bolsistas PROBOLSAS da UFSC. Desta forma o primeiro objetivo do projeto de integrar PcD à equipe foi cumprido.

Ressalta-se que a utilização de PcD em um projeto de acessibilidade é muito importante porque o olhar e a vivência cotidiana destes membros acabam se tornando resultados simplesmente pelo simples fato de poderem narrar as situações e dificuldades vividas na UFSC durante seus percursos acadêmicos e profissionais.

##### 5.2 Público PcD UFSC

Inicialmente foram realizadas pesquisas acerca dos quantitativos de estudantes PcD de graduação da UFSC entre os anos de 2014 e 2019 (anos com dados disponíveis). Os dados levantados foram obtidos a partir do sistema Controle Acadêmico da Graduação (CAGR) pela CAE, através da autodeclaração e é composto por tabelas e textos descritivos que contém informações por *campus*, curso, tipo de deficiência, entre os anos de 2014 e 2019.

No Quadro 1 pode ser verificado um aumento da taxa de crescimento anual do número

de PcD (por tipo de deficiência) que ingressaram na UFSC, de forma mais acentuada, a partir de 2016 (ano subsequente à Lei de acessibilidade).

Quadro 1: Quantidade de PcD da UFSC por tipo de deficiência.

Código	Tipo de deficiência	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>DF</b>	Deficiência Física	20	31	39	40	62	79
<b>MR</b>	Mobilidade Reduzida	0	0	0	0	10	10
<b>DVB</b>	Deficiência Visual - Baixa visão	6	8	18	33	33	38
<b>DVC</b>	Deficiência Visual - Cegueira	2	6	5	6	15	7
<b>TDAH</b>	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade	0	0	0	0	32	27
<b>TEA</b>	Transtorno do Espectro Autista	4	10	8	8	8	10
<b>DI</b>	Deficiência Intelectual	1	1	1	1	2	6
<b>DL</b>	Dislexia	0	0	0	0	3	2
<b>DA</b>	Deficiência Auditiva	12	15	51	52	55	59
<b>SU</b>	Surdez	43	41	40	27	22	18
<b>OU</b>	Outras	0	0	0	0	12	16
<b>AH</b>	Altas Habilidades e superdotação	0	0	0	0	6	7
<b>SC</b>	Surdocegueira	4	3	3	3	1	1
<b>TOTAL</b>		<b>91</b>	<b>114</b>	<b>165</b>	<b>170</b>	<b>261</b>	<b>279</b>

Fonte – Adaptado de <https://cae.ufsc.br/dados-sobre-estudantes-com-deficiencia/> (2020).

Outra análise realizada foi em relação aos cursos onde existe um maior número de matrículas de PcD. Como pode ser observado no Quadro 2, os cursos que envolvem o ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), tanto licenciatura quanto bacharelado, nas formas presencial ou Educação à Distância (EaD) são os mais procurados por PcD em todos os anos, compondo uma porcentagem significativa dos estudantes com taxas que variaram entre 48,35% em 2014 até 17,56%, em 2019. Ainda no Quadro 2 pode ser observado que o curso de Ciências Econômicas teve um pequeno aumento no número de matrículas entre os anos de 2015 e 2017, o curso de Ciências Sociais teve um grande incremento de PcD em 2018 e cursos normalmente disputados no vestibular, como medicina, direito e psicologia, começaram a ser ocupados significativamente por PcD em 2019, provavelmente devido a política de cotas PcD adotada pela UFSC.

Quadro 2: Quantidade de estudantes PcD por curso da UFSC e tipo de deficiência.

ANO	CURSO	DF	MR	DVB	DVC	TDAH	TEA	DI	DA	SU	OU	AH	SC	TOTAL
2014	Letras - LIBRAS - língua brasileira de sinais - licenciatura								1	40			3	<b>44</b>
2014	EaD_UAB - Ciências biológicas	2							1					<b>3</b>
2015	Letras - libras - língua brasileira de sinais - licenciatura								1	36			2	<b>39</b>
2015	Ciências econômicas (noturno)	2		1					1					<b>4</b>



corredor com largura mínima de 0,90 m. Foi verificado também que o acesso aos caixas eletrônicos (piso térreo) é restrito pois não há espaço suficiente para a manobra de pessoas em cadeiras de rodas (Figura 3). Já nos pisos superiores foi verificado que não existe nenhum sanitário acessível visto que as portas não possuem a largura necessária para entrada de pessoas em cadeiras de rodas e nem espaço interno suficiente para manobra. Ver planta de um dos banheiros do terceiro andar na Figura 4. A norma prevê largura mínima de 0,80 m para portas e área para manobra equivalente à de um círculo de diâmetro de 1,5 m.

Em relação ao perímetro de acesso ao prédio I da Reitoria, o calçamento não é adequado para o trânsito de pessoas com mobilidade reduzida. Além disso não há presença de corrimão e piso tátil.

Figura 1 – Rampa de acesso ao Banheiro do piso térreo do prédio I da Reitoria UFSC



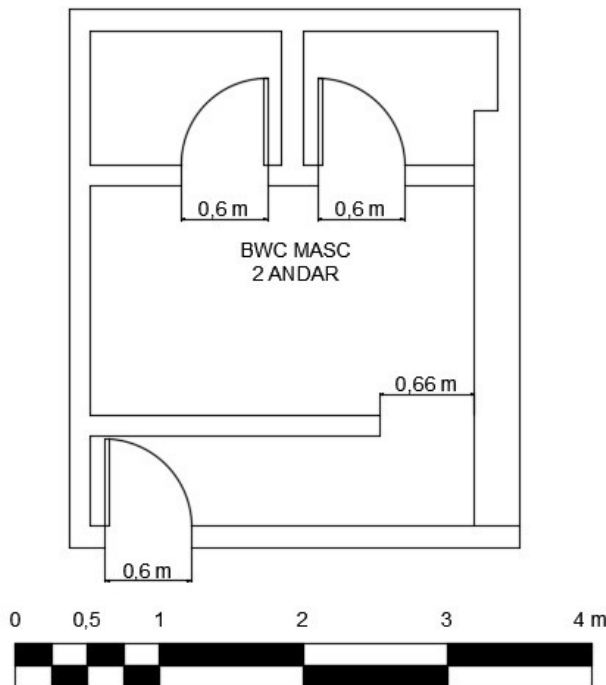
Figura 2 – Corredor de acesso ao Banheiro do piso térreo do prédio I da Reitoria UFSC



Figura 3 – Caixa eletrônico prédio I da Reitoria UFSC



Figura 4 – Planta baixa do banheiro masculino do terceiro andar do prédio I da Reitoria UFSC



#### 5.4 Projetos de intervenção arquitetônica

Diversas alternativas para solucionar os problemas identificados estão sendo pensadas e implantadas, como a recomendação para substituir os calçamentos onde foram verificadas dificuldades de acesso, bem como o desenvolvimento de projetos de intervenção arquitetônica para viabilizar a adaptação de sanitários tanto no prédio I da Reitoria quanto na BU. Na Figura 5 é apresentada, como exemplo, uma proposta de intervenção arquitetônica para o banheiro do primeiro andar da reitoria.

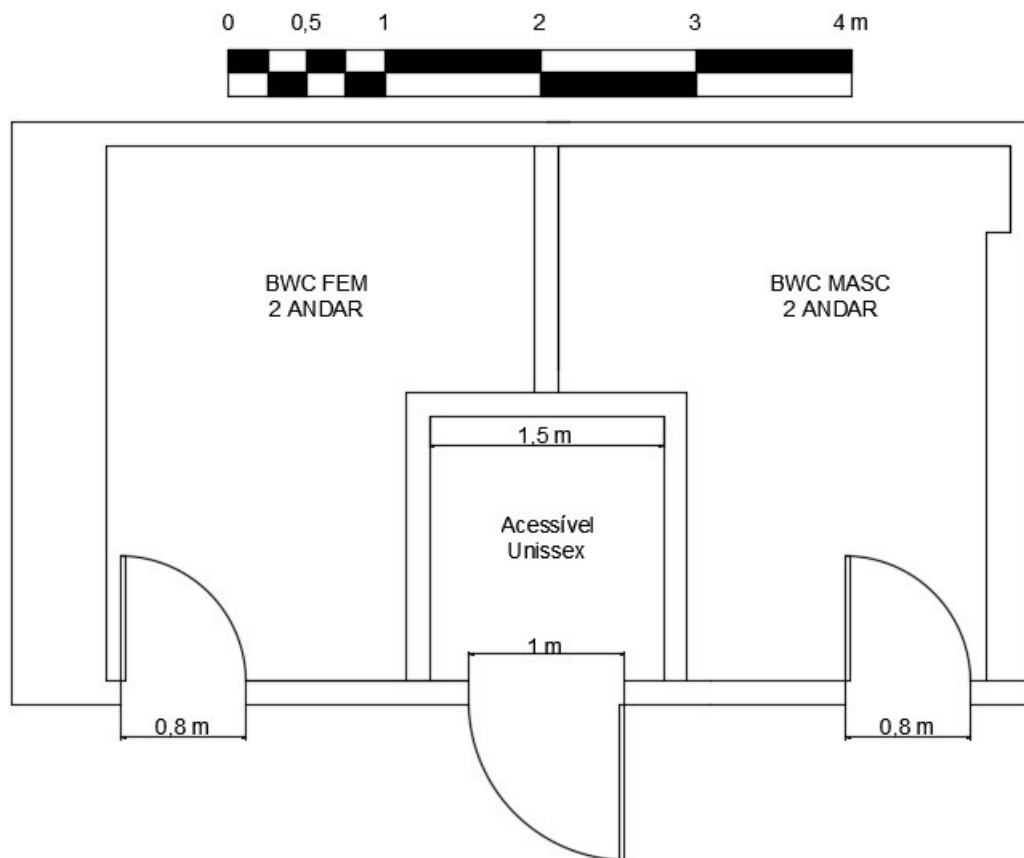


Figura 5 – Projeto de intervenção arquitetônica para banheiro do primeiro andar do prédio I da Reitoria da UFSC

### 5.5 Elaboração de Questionários

Foi elaborado um questionário a ser repassado ao público em geral da UFSC no padrão Google para identificar as demandas de acessibilidade a partir das informações e vivências dos discentes, docentes e técnicos-administrativos que são PcD ou que possuem mobilidade reduzida. A prévia do questionário pode ser visualizada no Apêndice I.

## 6. CONCLUSÕES

Conclui-se que do pouco que pode ser realizado durante o ano de 2020, muito pode ser percebido em relação a ausência de acessibilidade na UFSC, principalmente, no edifício escolhido como projeto piloto, prédio I da Reitoria da UFSC, indo desde a falta de rampas de acesso com inclinações recomendadas pelas normas, até impossibilidade de adentrar com cadeira de rodas nos sanitários devido a portas muito estreitas e falta de espaço para manobra.

O caso mais emblemático na UFSC é o da Biblioteca Universitária (BU) que não possui banheiro acessível no primeiro andar, pois todos possuem um degrau para acesso ao vaso sanitário. E a NBR 9.050 (ABNT, 2004) prevê que em todos os andares de prédios urbanos deve haver, pelo menos, um banheiro acessível.

Muito trabalho ainda necessita ser realizado, principalmente relacionado aos banheiros, rampas e aos trajetos realizados por PcD, no tocante ao excesso de degraus e obstruções em vias e calçadas. A colocação de pisos adequados e corrimão, entre outras intervenções urgentes e necessárias, não é somente uma questão de segurança para todo o público da UFSC, mas pode ser questão de segregação ao público PcD, que ao perceber inúmeras dificuldades, pode optar por não querer frequentar esses espaços. A universidade por ser pública deve permitir o acesso e permanência de todos os cidadãos.

Ressalta-se que os resultados do projeto são preliminares, tendo em vista que todas as atividades presenciais na UFSC estão suspensas desde o dia 16/03/2020 devido a pandemia de Coronavírus.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9.050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Lei Nº 13.146. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: 6 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

CAMARGO, E. P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Ciênc. educ. vol.23 nº.1. Bauru Jan./Mar. 2017.

COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL (CAE). Disponível em: <https://cae.ufsc.br/dados-sobre-estudantes-com-deficiencia/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; PIARDI, S. M. D. G. Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos. **Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Ministério Público do Estado de Santa Catarina: 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

## APÊNDICE I – Questionário

- 1 Qual é a sua idade? *Resposta curta*
- 2 Qual a sua identidade de gênero? *Múltipla escolha*
- 3 Qual seu vínculo com a UFSC? *Caixa de seleção ou resposta curta*
- 4 Há quantos anos você frequenta a UFSC como estudante, servidor docente e/ou Servidor Técnico-Administrativo? *Resposta curta*
- 5 Qual o campus que você frequenta atualmente na maior parte do tempo? *Múltipla escolha*
- 6 Qual o seu curso e/ou departamento ou a atividade que exerce na UFSC? *Resposta curta*
- 7 Você entrou na UFSC por cota para pessoas com deficiência? *Múltipla escolha*
- 8 Qual tipo de deficiência ou necessidade especial você possui (mesmo que temporária)? *Resposta curta*
- 9 Você faz uso de alguma tecnologia assistiva, como prótese, cadeira de rodas, muletas, bengala ou outro (mesmo que temporariamente)? Especifique: *Resposta curta*
- 10 Você conhece a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE)? Já fez requerimento de auxílio na CAE para promover acessibilidade em sua vida acadêmica e/ou profissional? *Múltipla escolha e resposta longa*
- 11 Já teve dificuldade para conseguir auxílio para a promoção da sua acessibilidade como estudante e/ou profissional da UFSC? *Múltipla escolha e resposta longa não obrigatória*
- 12 Já enfrentou algum tipo de barreira na UFSC? *Caixa de seleção e resposta curta*
- 13 De acordo com o campus que você estuda e/ou trabalha, acha que a UFSC está preparada, no quesito arquitetônico, para receber pessoas com deficiência? *Múltipla escolha*
- 14 Você poderia descrever os trajetos e os espaços da UFSC (edifícios ou rotas principais) dos quais faz uso e as dificuldades que costuma encontrar? Por exemplo, falta de sinalização, rampa e/ou corrimão; calçadas com buracos e/ou sem piso tátil; sanitários não acessíveis, dentre outros. *Resposta longa/parágrafo*
- 15 Em qual bairro ou cidade você reside quando o ano letivo está em curso? *Resposta curta*
- 16 Levando em consideração que é necessário que a locomoção até a universidade seja acessível, e não somente dentro do campus, você considera que o trajeto de onde você reside até a UFSC é acessível? *Múltipla escolha*
- 17 Que tipo de transporte você utiliza no trajeto de sua casa até a UFSC? *Caixa de seleção e resposta curta*
- 18 Necessita de auxílio para alguma destas atividades? *Caixa de seleção*  
Vestir-se: ( ) não ( ) sempre ( ) às vezes  
Alimentar-se: ( ) não ( ) sempre ( ) às vezes  
Ir ao banheiro: ( ) não ( ) sempre ( ) às vezes  
Se locomover: ( ) não ( ) sempre ( ) às vezes
- 19 Para você, é importante que as pessoas com deficiência tenham autonomia mesmo que, em algumas situações e se necessário, precisem de apoio? *Múltipla escolha*
- 20 Para você, os direitos de ir e vir para as pessoas com deficiência devem ser assegurados em todo o campus da universidade, e não somente no acesso ao centro onde você estuda, para garantir a sua participação plena no meio acadêmico e como cidadão? *Múltipla escolha*
- 21 Desde que começou a estudar na UFSC já pensou em desistir da vida acadêmica por falta de acessibilidade arquitetônica? *Múltipla escolha*
- 22 De acordo com suas especificidades e/ou observações, quais sugestões você daria para melhorar, arquitetonicamente, a acessibilidade para a permanência das pessoas com deficiência na UFSC? *Resposta longa/parágrafo*
- 23 Conhece o artigo 27, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência? *Múltipla escolha*
- 24 Você conhece a Portaria Nº 3.284/2003? *Múltipla escolha*
- 25 Você conhece a Norma Brasileira 9050 da ABNT? *Múltipla escolha*